

## Editorial

A presente *newsletter* contém a atualidade legislativa publicada em março de 2021, destacando-se, a seguinte:

### Ordenamento Jurídico

• **Decreto-Lei n.º 23/2021** - Determina a cessação de vigência de diplomas legais publicados entre os anos de 1986 e 1991, no âmbito do programa "Revoga+", depois da revogação dos publicados a partir de 1975 até 1985.

### COVID 19

• **Decreto-Lei n.º 22-A/2021** - Prorroga prazos e estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID-19, a propósito da aceitação pelas autoridades públicas da exibição de documentos cujo prazo de validade se encontre expirado.  
• **Decreto-Lei n.º 22-C/2021** - Prorroga os períodos de carência de capital em empréstimos com garantia do setor público e aprova um regime especial de concessão de garantias pelo Fundo de Contragarantia Mútuo, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.  
• **Decreto-Lei n.º 23-A/2021** - Estabelece medidas de apoio aos trabalhadores e empresas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.  
• **Decreto-Lei n.º 25-A/2021** - Prorroga o regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais.

### Fiscalidade

• **Resolução da Assembleia da República n.º 100/2021** - Recomenda ao Governo que altere os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T (PT).  
• **Portaria n.º 58/2021** - Aprova o modelo de declaração mensal global destinado ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 11 do art.º 28.º do CIVA, a propósito dos serviços prestados a não sujeitos passivos e às vendas à distância no âmbito do comércio eletrónico, intracomunitário e transfronteiriço, com o objetivo de simplificar as obrigações em matéria de IVA, nomeadamente, as relativas à cobrança do imposto na importação de bens, e assegurar a neutralidade do regime e um maior desenvolvimento do mercado único da UE.  
• **Decreto Regulamentar n.º 1/2021** - Procede à fixação do universo dos contribuintes abrangidos pela declaração automática de rendimentos.

### Segurança Social

• **Portaria n.º 53/2021** - Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2022, em 66 anos e 7 meses.

### Combate ao BCFT

• **Resolução da Assembleia da República n.º 74/2021** - Recomenda ao Governo que, no âmbito da Presidência do Conselho da UE, promova a reflexão sobre a adoção de mecanismos de combate eficaz ao branqueamento de capitais e aos fenómenos de fraude, evasão e elisão fiscal e assegure a conclusão do processo legislativo da proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2013/34/EU, de 26 de junho de 2013.

### Trabalho

• **Lei n.º 11/2021** - Suspende excecionalmente os prazos associados à sobrevivência e caducidade de convenção coletiva de trabalho.  
• **Decreto Legislativo Regional n.º 6/2021/M** - Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira, fixando-o em 682,00€.

### Incentivos

• **Lei n.º 10/2021** - Legitima o acesso a dados por parte de entidades públicas para a confirmação de requisitos de concessão de apoios no âmbito do Programa APOIAR.  
• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2021**

### Contratação Pública

• **Portaria n.º 52/2021** - Estabelece os níveis diferenciados de acesso à informação registada no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, que tem por finalidade simplificar e agilizar, mediante o recurso a meios digitais, os procedimentos de verificação e comprovação da inexistência de impedimentos à contratação previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP).  
Segue-se a jurisprudência do TJUE, assim como a súmula da doutrina administrativa e das informações vinculativas produzidas pela AT neste período.

Por fim, juntam-se as agendas fiscais para os meses de abril e maio de 2021, constituindo exceção às mesmas o decorrente da aplicação das condições especiais criadas para pagamentos de impostos no regime prestacional no âmbito do COVID-19.

## Atualidade Legislativa Interna

Anexo	Diploma	Diário República	Descrição
<b>Ordenamento Jurídico</b>			
<a href="#">link</a>	Decreto-Lei n.º 23/2021	Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23, páginas 4 - 48	Determina a cessação de vigência de diplomas legais publicados entre os anos de 1986 e 1991, no âmbito do programa "Revoga+", constituindo a sua 3ª fase, depois da revogação dos publicados a partir de 1975 até 1985.
<b>COVID</b>			
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 47/2021	Diário da República n.º 42/2021, Série I de 2021-03-02, páginas 6 - 9	Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia causada pela doença COVID-19 no âmbito dos apoios financeiros atribuídos às associações de jovens no ano de 2021.
<a href="#">link</a>	Despacho n.º 2732/2021	Diário da República n.º 49/2021, Série II de 2021-03-11, páginas 116 - 116	Determina o alargamento do prazo para escolha de modalidade de pagamento no âmbito do diferimento extraordinário do pagamento de contribuições.
<a href="#">link</a>	Despacho n.º 2733/2021	Diário da República n.º 49/2021, Série II de 2021-03-11, páginas 117 - 117	Determina a entrega de declarações de remunerações corrigidas referentes aos meses de março a dezembro de 2020, pelas entidades empregadoras abrangidas por medidas excecionais ou extraordinárias de apoio à pandemia COVID-19.
<a href="#">link</a>	Decreto-Lei n.º 22-A/2021	Diário da República n.º 53/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-17, páginas 45-(2) a 45-(8)	"Prorroga prazos e estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID-19, a propósito da aceitação pelas autoridades públicas da exibição de documentos cujo prazo de validade se encontre expirado."
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 67-A/2021	Diário da República n.º 53/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-17, páginas 45-(9) a 45-(12)	Define os termos de atribuição do subsídio extraordinário de risco no combate à pandemia da doença COVID-19, previsto no artigo 291.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.
<a href="#">link</a>	Despacho n.º 3046-A/2021	Diário da República n.º 55/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-19, páginas 329-(2) a 329-(3)	Determina limites à comercialização de determinados produtos, no âmbito da pandemia COVID-19.
<a href="#">link</a>	Resolução da Assembleia Legislativa da RAA n.º 12/2021/A	Diário da República n.º 55/2021, Série I de 2021-03-19, páginas 50 - 50	Programa especial de apoio à economia de Ponta Garça e Rabo de Peixe.
<a href="#">link</a>	Decreto-Lei n.º 22-C/2021	Diário da República n.º 56/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-22, páginas 41-(5) a 41-(9)	Prorroga os períodos de carência de capital em empréstimos com garantia do setor público e aprova um regime especial de concessão de garantias pelo Fundo de Contragarantia Mútuo, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
<a href="#">link</a>	Decreto-Lei n.º 23-A/2021	Diário da República n.º 58/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-24, páginas 48-(2) a 48-(8)	Estabelece medidas de apoio aos trabalhadores e empresas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 69/2021	Diário da República n.º 58/2021, Série I de 2021-03-24, páginas 40 - 43	Define os termos de atribuição do subsídio extraordinário de risco no combate à pandemia da doença COVID-19 e revoga a Portaria n.º 67-A/2021, de 17 de março.
<a href="#">link</a>	Decreto-Lei n.º 25-A/2021	Diário da República n.º 62/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-30, páginas 32-(2) a 32-(3)	Prorroga o regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais.
<b>Fiscalidade</b>			
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 50/2021	Diário da República n.º 45/2021, Série I de 2021-03-05, páginas 10 - 17	Aprova o modelo de declaração da contribuição extraordinária sobre os fornecedores do Serviço Nacional de Saúde (modelo 56) a vigorar a partir do ano 2021.
<a href="#">link</a>	Decreto Regulamentar n.º 1/2021	Diário da República n.º 46/2021, Série I de 2021-03-08, páginas 61 - 63	Procede à fixação do universo dos contribuintes abrangidos pela declaração automática de rendimentos.
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 114/2021	Diário da República n.º 49/2021, Série I de 2021-03-11, páginas 46 - 47	"Regulamenta o procedimento de atribuição do incentivo fiscal temporário às ações de eficiência coletiva na promoção externa que consiste em considerar na determinação do lucro tributável um valor correspondente a 110 % do total de despesas elegíveis incorridas nos períodos de tributação de 2021 e 2022."
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 58/2021	Diário da República n.º 52/2021, Série I de 2021-03-16, páginas 5 - 10	Aprova o modelo de declaração mensal global destinado ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 11 do art.º 28.º do CIVA, a propósito dos serviços prestados a não sujeitos passivos e às vendas à distância no âmbito do comércio eletrónico, intracomunitário e transfronteiriço, com o objetivo de simplificar as obrigações em matéria de IVA, nomeadamente, as relativas à cobrança do imposto na importação de bens, e assegurar a neutralidade do regime e um maior desenvolvimento do mercado único da UE.
<a href="#">link</a>	Resolução da Assembleia da República n.º 100/2021	Diário da República n.º 63/2021, Série I de 2021-03-31, páginas 5 - 5	Recomenda ao Governo que altere os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT).
<b>Segurança Social</b>			
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 53/2021	Diário da República n.º 48/2021, Série I de 2021-03-10, páginas 9 - 10	Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2022, em 66 anos e 7 meses.
<b>Combate ao BCFT</b>			
<a href="#">link</a>	Resolução da Assembleia da República n.º 74/2021	Diário da República n.º 48/2021, Série I de 2021-03-10, páginas 6 - 6	Recomenda ao Governo que, no âmbito da Presidência do Conselho da UE, promova a reflexão sobre a adoção de mecanismos de combate eficaz ao branqueamento de capitais e aos fenómenos de fraude, evasão e elisão fiscal e assegure a conclusão do processo legislativo da proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2013/34/EU, de 26 de junho de 2013.
<b>Incentivos</b>			
<a href="#">link</a>	Decreto Legislativo Regional n.º 2/2021/A	Diário da República n.º 41/2021, Série I de 2021-03-01, páginas 5 - 6	Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos sistemas de incentivo Competir+ e SIDER.
<a href="#">link</a>	Decreto Legislativo Regional n.º 4/2021/A	Diário da República n.º 43/2021, Série I de 2021-03-03, páginas 9 - 22	Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020.
<a href="#">link</a>	Despacho Normativo n.º 8/2021	Diário da República n.º 43/2021, Série II de 2021-03-03, páginas 39 - 46	Altera o despacho normativo de apoio às microempresas do turismo.
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 49/2021	Diário da República n.º 44/2021, Série I de 2021-03-04, páginas 6 - 8	Alterações à Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro, e à Portaria n.º 119/2018, de 30 de abril, quanto ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020), determinado que, por princípio, o exercício de atividade agrícola em data anterior à apresentação da candidatura não constitui um impedimento à obtenção do apoio, ainda que admita as exceções aqui previstas.
<a href="#">link</a>	Lei n.º 10/2021	Diário da República n.º 45/2021, Série I de 2021-03-05, páginas 3 - 4	Acesso a dados por parte de entidades públicas para a confirmação de requisitos de concessão de apoios no âmbito do Programa APOIAR.
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 51/2021	Diário da República n.º 45/2021, Série I de 2021-03-05, páginas 18 - 19	Alteração à Portaria n.º 157/2016, de 7 de junho, que estabelece o regime de aplicação do apoio às operações desenvolvimentos no âmbito do plano de ação da Rede Rural Nacional (RRN) para o período de 2014-2020.
<a href="#">link</a>	Despacho n.º 2731/2021	Diário da República n.º 49/2021, Série II de 2021-03-11, páginas 115 - 115	Estabelece o regime excecional de admissibilidade de acumulação de apoios para as entidades às quais seja reconhecido, durante o 1.º semestre de 2021, o estatuto de interesse estratégico nacional.
<a href="#">link</a>	Decreto-Lei n.º 18/2021	Diário da República n.º 50/2021, Série I de 2021-03-12, páginas 2 - 6	Altera a linha de crédito com juros bonificados dirigida aos operadores do setor da pesca.
<a href="#">link</a>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2021	Diário da República n.º 55/2021, Série I de 2021-03-19, páginas 32 - 49	Aprova o Programa Internacionalizar 2030.
<a href="#">link</a>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2021	Diário da República n.º 56/2021, Série I de 2021-03-22, páginas 2 - 3	Aprova medidas para os territórios vulneráveis que visam promover a atividade agrícola, o dinamismo dos territórios rurais e a criação de valor na inovação e na segurança alimentar.
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 69-A/2021	Diário da República n.º 58/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-03-24, páginas 48-(2) a 48-(20)	Altera o Regulamento do Programa APOIAR.
<a href="#">link</a>	Despacho n.º 3379/2021	Diário da República n.º 61/2021, Série II de 2021-03-29, páginas 73 - 74	Reforço do Programa Adaptar Social + para apoio às IPSS ou legalmente equiparadas que detenham cooperação com o ISS, I. P., e entidades privadas que desenvolvam atividades de apoio social devidamente licenciadas.
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 73/2021	Diário da República n.º 62/2021, Série I de 2021-03-30, páginas 8 - 30	Alteração da Portaria n.º 107/2015, de 13 de abril, que estabelece o regime de aplicação das operações 3.2.2, «Pequenos investimentos na exploração agrícola», e 3.3.2, «Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas».
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 75-B/2021	Diário da República n.º 63/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-03-31, páginas 26-(2) a 26-(10)	Aprova o Regulamento do Programa Garantir Cultura (tecido empresarial).
<b>Contratação Pública</b>			
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 52/2021	Diário da República n.º 47/2021, Série I de 2021-03-09, páginas 6 - 8	Estabelece os níveis diferenciados de acesso à informação registada no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, o qual tem por finalidade simplificar e agilizar, mediante o recurso a meios digitais, os procedimentos de verificação e comprovação da inexistência de impedimentos à contratação previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP)
<b>Comércio</b>			
<a href="#">link</a>	Portaria n.º 57/2021	Diário da República n.º 50/2021, Série I de 2021-03-12, páginas 12 - 45	Define o regime de produção e denominação dos vinhos e demais produtos vitivinícolas com direito às Denominações de Origem Protegidas (DOP) «Alenquer», «Arruda», «Torres Vedras», «Bucelas», «Carcavelos», «Colares», «Encostas d'Aire», incluindo a indicação das sub-regiões de «Alcobaça» e «Ourém», através da designação de «Medieval de Ourém», «Lourinhã» e «Óbidos».

## Jurisprudência TJUE

Anexo	Processo	Tema
<a href="#">link</a>	Acórdão do Tribunal de Justiça (Décima Secção) de 3 de março de 2021, Processo C-220/19	Reenvio prejudicial – Diretiva 2008/118/CE – Regime geral dos impostos especiais sobre o consumo – Artigo 1.º, n.º 2 – Impostos indiretos suplementares sobre os produtos sujeitos a imposto especial sobre o consumo – Diretiva 2009/28/CE – Fomento da utilização de energia produzida a partir de fontes renováveis – Artigos 1.º e 3.º, n.os 1, 2 e 3, alínea a), este último lido à luz do artigo 2.º, alínea k) – Diretiva 2009/72/CE – Regras comuns para o mercado interno da eletricidade – Imposto sobre o valor de produção de energia elétrica – Natureza e estrutura do imposto – Imposto que incide da mesma maneira sobre a eletricidade produzida a partir de fontes renováveis e sobre a produzida a partir de fontes não renováveis.
<a href="#">link</a>	*Acórdão do Tribunal de Justiça (Nona Secção) de 18 de março de 2021, Processo C-895/19	Reenvio prejudicial – Fiscalidade indireta – IVA – Diretiva 2006/112/CE – Aquisição intracomunitária de bens – Dedução do imposto devido a montante por essa aquisição – Exigências formais – Exigências materiais – Prazo para entrega da declaração fiscal – Princípios da neutralidade fiscal e da proporcionalidade.
<a href="#">link</a>	Acórdão do Tribunal de Justiça (Primeira Secção) de 18 de março de 2021, Processo C-388/19	Reenvio prejudicial – Fiscalidade direta – Imposto sobre as mais-valias imobiliárias – Livre circulação de capitais – Matéria coletável – Discriminação – Opção de tributação segundo as mesmas modalidades que os residentes – Compatibilidade com o direito da União.
<a href="#">link</a>	Acórdão do Tribunal de Justiça (Quinta Secção) de 25 de março de 2021, Processo C-907/19	Reenvio prejudicial – Diretiva 2006/112/CE – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Isenções – Artigo 135.º, n.º 1, alínea a) – Operações de correto e prestações de serviços relacionadas com essas operações, efetuadas por seguradores e intermediários de seguros – Prestação efetuada por uma seguradora e composta por diferentes serviços – Qualificação de prestação única.
<a href="#">link</a>	Acórdão do Tribunal de Justiça (Quinta Secção) de 11 de março de 2021, Processo C-459/19	Reenvio prejudicial – Harmonização das legislações fiscais – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigos 43.º e 44.º – Lugar das prestações de serviços efetuadas a um sujeito passivo agindo nessa qualidade – Lugar das prestações de serviços de gestão de investimentos recebidas por parte de organizações de beneficência para uma atividade profissional não económica por parte de prestadores estabelecidos fora da União.
<a href="#">link</a>	Acórdão do Tribunal de Justiça (Sétima Secção) de 11 de março de 2021, Processo C-802/19	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 90.º, n.º 1 – Redução do valor tributável – Princípios definidos no Acórdão de 24 de outubro de 1996, Elida Gibbs (C-317/94, EU:C:1996:400) – Fornecimento de medicamentos – Concessão de descontos – Caráter hipotético da questão prejudicial – Inadmissibilidade do pedido de decisão prejudicial.
<a href="#">link</a>	Acórdão do Tribunal de Justiça (Sétima Secção) de 11 de março de 2021, Processo C-812/19	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 9.º – Sujeito passivo – Conceito – Artigo 11.º – Argumento para efeitos de IVA Estabelecimento principal e sucursal de uma sociedade situados em dois Estados-Membros diferentes – Estabelecimento principal integrado num agrupamento para efeitos de IVA do qual não faz parte a sucursal – Estabelecimento principal que presta serviços à sucursal e que lhe imputa os custos desses serviços.
<a href="#">link</a>	Acórdão do Tribunal de Justiça (Sétima Secção) de 18 de março de 2021, Processo C-48/20	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 203.º – Impostos indevidamente faturados – Boa-fé do emite da fatura – Risco de perda de receitas fiscais – Obrigações dos Estados-Membros de prevenir a possibilidade de regularizar o imposto indevidamente faturado – Princípios da neutralidade fiscal e da proporcionalidade.
<a href="#">link</a>	Acórdão do Tribunal de Justiça (Sexta Secção) de 3 de março de 2021, Processo C-7/20	Reenvio prejudicial – União aduaneira – Código Aduaneiro da União – Regulamento (UE) n.º 952/2013 – Artigo 87.º, n.º 4 – Local de constituição da dívida aduaneira – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 2.º, n.º 1 – Artigos 70.º e 71.º – Facto gerador e exigibilidade do IVA na importação – Local de constituição da dívida fiscal – Constatação do incumprimento de uma obrigação imposta pela legislação aduaneira da União – Bem fisicamente introduzido no território aduaneiro da União num Estado-Membro, mas que entrou no circuito económico da União no Estado-Membro onde foi feita a constatação.
<a href="#">link</a>	Acórdão do Tribunal de Justiça (Terceira Secção) de 4 de março de 2021, Processo C-581/19	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 2.º, n.º 1, alínea c) – Prestações sujeitas a IVA – Isenções – Artigo 132.º, n.º 1, alínea c) – Prestações de serviços de assistência no âmbito do exercício de profissões médicas e paramédicas – Acompanhamento e aconselhamento nutricional – Atividades desportivas, de manutenção e bem-estar físico – Conceitos de "prestação complexa única", de "prestação acessória à prestação principal" e de "independência das prestações" – Critérios.
<a href="#">link</a>	Despacho do Tribunal de Justiça (Sexta Secção) de 3 de março de 2021, Processo C-507/20	Reenvio prejudicial – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 90.º – Redução do valor tributável – Não pagamento total ou parcial do preço – Crédito definitivamente imputado – Prazo de prescrição para pedir a redução do preço do valor tributável do IVA – Data em que o prazo começa a correr.

## Doutrina Administrativa e Informações Vinculativas

### Síntese das Instruções Administrativas

Anexo	Diploma	Documento	Descrição
<a href="#">link</a>	Circular	n.º 2/2021	Centrais Eólicas / Parques eólicos e centrais solares - Avaliação e tributação em IMI.
<a href="#">link</a>	Despacho do SEAF	n.º 72/2021-XXII	Calendário fiscal 2020/2021: Ajustamento – Faturas em PDF e DMR.
<a href="#">link</a>	Despacho do SEAF	n.º 90/2021-XXII	Flexibilização das obrigações previstas no artigo 98.º do Código do IRS, no artigo 94.º do Código do IRC e na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Código do IVA.
<a href="#">link</a>	Despacho do SEAF	n.º 99/2021-XXII	Calendário fiscal 2020/2021: Preparações (flexibilização da comunicação a que se refere o n.º 5 do art.º 31.º-A do Código do IRC).
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 15817/2021	Disponibilização na net de novas versões consolidadas dos Atos Delegados do CAU (AD-CAU e ADMT-CAU) e do Ato de Execução (AE-CAU).
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 15818/2021	Exportação de Vacinas contra o Coronavírus – SARS-CoV: Condicionalismos.
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 15819/2021	Etiquetagem Energética - Condicionalismos à Importação- Ref.º OC 15815/2021.
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 15822/2021	Disponibilização na Net da versão original do novo regulamento relativo a disposições técnicas para desenvolver, manter e utilizar sistemas eletrónicos para o intercâmbio de informações e para o armazenamento dessas informações no âmbito do código aduaneiro da união (AE-IT-CAU).
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 15823/2021	Exportação de vacinas contra SARS-CoV: Condicionalismos - R.º Oc. 15818.
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 15824/2021	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro a partir de 1 de abril.
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 15825/2021	Instruções de aplicação do POSEI - Regime Específico de Abastecimento.
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 20231/2021	Declaração Modelo 3 de IRS em vigor a partir de 2021.
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 35147/2021	Artigo 389.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro. Tributação em ISP.
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 55002/2021	Contribuição Extraordinária sobre os Fornecedores de Dispositivos Médicos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) – Alterações na declaração modelo 56.
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 60310/2021	Tributária Atestado médico de incapacidade por doença grave – Documento superveniente nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 70.º do CPPT.
<a href="#">link</a>	Ofício Circulado	n.º 90032/2021	Inscrição eletrónica como residente não habitual – n.º 10 do artigo 16.º do Código do IRS) – Criação de novas funcionalidades.

### Síntese das Instruções Administrativas

Anexo	Imposto	Artigo	Assunto
<a href="#">link</a>	IVA	18.º, n.º 1 alínea a); Verba 2.17 da Lista I	Taxas–Residênciaspara estudantes
<a href="#">link</a>	IVA	18.º, n.º 1, alínea b); Verba 2.5 da Lista II	Taxas–“Ecovalor” (Taxa SGPU –Sistema Integrado de Pneus Usados)
<a href="#">link</a>	IVA	18.º, n.º 1, alínea b); Verba 2.27 da Lista I	Taxas–Alojamento Local–Empreitadas de beneficiaçãode imóvel
<a href="#">link</a>	IVA	18.º, n.º 1, alínea a); Verbas 4.2e 5.4da Lista I	Taxas–Serviços de transporte da biomassa resultante de operações silvícolas
<a href="#">link</a>	IVA	2.º, n.º 1, alínea j)	Liquidação–Autoliquidação–Manutenção e reparação de jardins
<a href="#">link</a>	IVA	2.º, alínea j), n.º 1	Liquidação–Autoliquidação–Aquisição de serviços de construção civil
<a href="#">link</a>	IVA	2.º, n.º 1, alínea j); Artigo 36.º, n.º 13	Liquidação–Autoliquidação –Serviços de construção civil
<a href="#">link</a>	IVA	4.º, n.º 1; Artigo 18.º, n.º 3, cf. alínea b)	Ato isolado–Projeto 3D
<a href="#">link</a>	IVA	9.º, al. 9)	Isenções–Ensino –Prestações de serviços conexas
<a href="#">link</a>	IVA	9.º, alínea 1)	Enquadramento–Procedimentos médicos, terapêuticas e estéticas
<a href="#">link</a>	IVA	9.º, alínea 10)	Isenções–Serviços de formação–Operações conexas
<a href="#">link</a>	IVA	Decreto-Lei n.º 221/85de 03 de julho	Regime da margem de lucro –Agências de viagens